

# ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO DISTRITO FEDERAL – DISPUTAS DE CONCEPÇÕES NAS DÉCADAS DE 1950 A 1990

---

LITERACY OF YOUTH AND ADULTS IN THE FEDERAL  
DISTRICT - DISPUTES OF CONCEPTIONS IN THE 1950S TO  
1990S

**Cláudia Borges Costa**

*Secretaria Municipal da Educação de Goiânia  
cbc2111@gmail.com*

**Leila Maria de Jesus Oliveira**

*Doutoranda em Educação da Universidade Federal de Goiás  
leiladejesus@gmail.com*

**Maria Margarida Machado**

*Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás  
mmm2404@gmail.com*

**Resumo:** O artigo apresenta o contexto histórico da alfabetização de adultos no Distrito Federal (DF), desde o início da construção de Brasília, final da década de 1950, até 1990. Resulta de pesquisa bibliográfica, documental e depoimentos de sujeitos históricos, que vivenciaram experiências de alfabetização de jovens e adultos, numa tentativa de recompor cenário, políticas e sujeitos envolvidos nessas iniciativas. A documentação, as referências bibliográficas e os depoimentos acessados pela pesquisa indicam uma disputa conceitual presente na educação voltada a jovens e adultos trabalhadores do Distrito Federal. Por um lado, uma perspectiva de alfabetização referenciada na formação e conscientização política, desde as primeiras experiências de alfabetização de adultos coordenadas por Paulo Freire, no contexto da década de 1960, e que serão retomadas pelos movimentos populares no final do Regime Militar. Por outro lado, a proposta de escolarização aligeirada e compensatória, através dos programas implementados pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), projeto oficial de alfabetização de adultos do Regime Militar, e da consolidação do modelo de educação supletiva.

**Palavras-chave:** Alfabetização de Jovens e Adultos; Distrito Federal; Conscientização Política; Educação compensatória.

**Abstract:** The article presents the historical context of adult literacy in the Federal District (DF), since the beginning of the construction of Brasília, the late 1950s, until 1990. It is the result of bibliographical research, documentary and testimonials of historical subjects, who lived experiences of youth and adult literacy in an attempt to recompose the scenario, policies and subjects. The documentation, bibliographic references and testimonials accessed by the research indicate a conceptual dispute present in education aimed at young and working adults in the Federal District. On the one hand, a perspective of literacy referenced in the formation and political awareness, since the first experiences of adult literacy coordinated by Paulo Freire, in the context of the 1960s, and which will be resumed by popular movements at the end of the Military Regime. On the other hand, the proposed shortened and compensatory education model, through the programs implemented by the Brazilian Literacy Movement (Moblin), the official Military Literacy Adult Project, and the consolidation of the shortened education model.

**Keywords:** Youth and Adult Literacy; Federal District; Political consciousness; Compensatory education.

## Primeiras Palavras

*Às vezes nem há casa: é só o chão.  
Mas sobre o chão quem reina agora é um homem  
Diferente, que acaba de nascer:  
porque unindo pedaços de palavras  
aos poucos vai unindo argila e orvalho,  
tristeza e pão, cambão e beija-flor,  
e acaba por unir a própria vida  
no seu peito partida e repartida  
quando afinal descobre num clarão  
que o mundo é seu também...  
(Thiago de Melo, 1965)*

Refletir sobre a alfabetização, no contexto da Educação de Jovens e Adultos, é tecer um constante diálogo com a realidade dos trabalhadores e das trabalhadoras desse país. É pensar em um longo tempo na história do Brasil marcado pela exclusão desses sujeitos na educação. É também reconhecer na poesia de Thiago de Melo a memória daqueles que misturaram a lida do trabalho com o sonho de aprender a ler e escrever e, de alguma forma, perceberam-se sujeitos históricos no mundo.

Portanto, registrar e refletir sobre a alfabetização dos adultos do Distrito Federal (DF) é fazer memória de um tempo e espaço, que tornou-se referência aos demais estados, como local que enfrentou o analfabetismo e buscou desenvolver um processo de apreensão do código escrito, integrado à conscientização da realidade que cercava os jovens e adultos trabalhadores, da dominação a que estavam submetidos e da possibilidade de mudanças nessa situação, por meio da organização da população em torno de seus direitos. Ao mesmo tempo em que se conviveu com processos de alfabetização e escolarização com perspectivas compensatórias e aligeiradas de acesso e produção do conhecimento.

Este artigo resulta de pesquisa que buscou reconstituir a história da alfabetização de jovens e adultos no DF, a partir de documentos, produções acadêmicas e depoimentos dos sujeitos que atuaram nas ofertas diferenciadas dessa alfabetização. Foi possível identificar práticas de alfabetização implementadas antes mesmo da inauguração da nova capital, até as iniciativas que vigoram na década de 1990. As principais fontes para a elaboração das reflexões aqui apresentadas foram acessadas no Museu da Educação do Distrito Federal, no Arquivo Público do Distrito Federal, em relatórios das ações de extensão da Universidade de Brasília (UnB), na Hemeroteca Digital Brasileira e em produções acadêmicas sobre a temática.

Não sendo possível esgotar toda a riqueza das fontes acessadas que envolvem a temática proposta para o artigo, optamos por apresentar as análises feitas em duas partes. A primeira busca identificar as ações de alfabetização de adultos do contexto que antecede a inauguração da nova capital federal, as experiências vividas no Governo João Goulart e as mudanças sofridas nas ações de alfabetização de adultos com o Golpe Militar de 1964. A segunda revela as resistências presentes nas ações de alfabetização dos movimentos populares e a atuação do sistema público de ensino neste campo.

## **Dos fonemas da alegria à penumbra da censura**

A constituição de 1891 foi o primeiro marco legal para a interiorização da capital. No artigo 3º, a lei reservou à União uma área com 14.400km<sup>2</sup> no Planalto Central, que seria oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal. Conforme a publicação da Secretaria de Estado de Educação comemorando os 40 anos de educação em Brasília (DISTRITO FEDERAL, 2001, p. 17) nos antecedentes históricos a constituição de “Brasília veio cercada de uma atmosfera de entusiasmo e de abnegação ao trabalho, que sempre acompanham a concretização dos grandes ideais.”, revelando o valor simbólico atribuído a nova capital, os pronunciamentos enfatizavam

a “capital da esperança”, que logo após a inauguração, o sonho de Brasília idealizado confronta-se com a Brasília real, envolvida na totalidade dos problemas da sociedade brasileira, tais como: desemprego, baixos salários, desigualdade social (FREITAG, 2003).

O ideário de desenvolvimento e a modernidade passava pela educação. Por meio da universidade de Brasília, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira aspiravam que a nova capital se transformasse no centro inovador do pensamento crítico brasileiro. No âmbito da alfabetização de adultos, primeiro registro localizado, consta da Exposição de Motivos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), presente no Decreto Presidencial Decreto nº 47.472, de 22 de dezembro de 1959, que institui a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (Caseb), na seguinte afirmação: “Até o momento vem a NOVACAP<sup>1</sup> mantendo e administrando as escolas primárias de Brasília; as escolas secundárias são particulares e as de alfabetização de adultos são mantidas por este Ministério.”

Na exposição de motivos do Decreto de 1959, que instituiu a Caseb, era o MEC o órgão responsável pela política de alfabetização de adultos em nível nacional e, assim, pelas iniciativas que aconteciam no DF antes da transferência da capital em 1960. O desenvolvimento dado por essa comissão ao processo de organização do sistema educacional de Brasília, não são citadas, diretamente, ações voltadas para atender o público jovem e adulto trabalhador, à margem dos processos de escolarização.

A presença de adultos só é mencionada nos relatórios da Caseb, quando se referem aos Centros Culturais e de Recreação para a Comunidade, onde estes eram esperados para atividades de aprendizagem de trabalho ou para práticas esportivas. Porém, esta mesma publicação trará um conjunto de indicações de como a escola noturna e o atendimento a jovens e adultos trabalhadores vai ocupando o cenário deste sistema educacional em construção.

Na Revista de Educação<sup>2</sup>, a nota intitulada: *124 Classes para Alfabetização dos Trabalhadores em Brasília*, apresenta outra referência de classes de alfabetização de adultos, assinalando a abertura de novas classes de educação de adultos na Capital em construção. Essa Revista informa, ainda, a colaboração de representantes de diversas instituições e da Fundação Casa Popular à Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos do MEC, que “além de contribuírem com as escolas, ainda facilitam o estudo dos trabalhadores, dispensando-os do serviço, uma hora por semana, a fim de frequentarem as aulas.” (GOIÁS, 1959, p. 22)

1 A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) foi criada através de lei, em 19 de setembro de 1956, pelo então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira. A finalidade única era gerenciar e coordenar a construção da nova Capital do Brasil.

2 Edição Nº 41, fascículo de outubro-novembro-dezembro de 1959, periódico publicado pela Secretaria de Educação e Cultura de Goiás. A nota faz referência à notícia veiculada no Boletim Mensal de Educação de Adultos, Ano II N. 3, junho de 1959, de publicação do MEC.

A partir de 1962, o Distrito Federal tornou-se referência nacional, pois foi sede do Plano de Mobilização Nacional Contra o analfabetismo, implantado pelo Presidente da República João Goulart, e coordenado através do Ministério da Educação pelo Professor Paulo Freire. Essa experiência ocorreu em conjunto com mais seis estados brasileiros: Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, conforme Portaria de 14 de junho do mesmo ano.

Existem alguns registros dessas experiências, denominadas Círculos de Cultura, fundamentadas pelo professor Paulo Freire, que se baseava na linguagem do diálogo, onde a “roda” permitia a escuta e a fala de alunos e professores, a interação entre todos. Essa proposta de alfabetização previa uma pesquisa que tinha como ponto de partida o levantamento investigativo do contexto vocabular e dos temas significativos da vida dos sujeitos, assim, definia-se o material a ser utilizado na aprendizagem da leitura e escrita. No diálogo, na leitura dos fonemas, na construção de palavras, lia-se também o mundo e todas as contradições vivenciadas na sociedade. O tecer da crítica e da consciência de ser sujeito histórico e a possibilidade de constituição de “um novo sentimento de Mundo, uma nova esperança no Homem.” (BRANDÃO, 2015, p. 2).

Os Círculos de Cultura funcionaram nas cidades satélites de Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Candangolândia e Gama, na perspectiva de alfabetização e conscientização dos sujeitos envolvidos. O trabalho desenvolvido por universitários e professores da Universidade de Brasília (UnB), contavam com um processo de apreensão do código escrito e da busca de conscientização dos adultos trabalhadores (as), da realidade que os cercava, do processo de dominação a que estavam submetidos e da possibilidade de mudanças nesse processo, mediante a organização da população em torno da busca pelos seus direitos.

A UnB teve um papel de destaque na oferta de alfabetização de adultos desde a sua origem, através de ações extensionistas de seus professores e da atuação do movimento estudantil. Outros agentes que se destacaram nesta pauta foram as igrejas, as associações de moradores, os sindicatos e organizações populares constituídas, principalmente, nos últimos anos do Regime Militar.

No que tange às concepções de alfabetização, Paulo Freire e seu referencial pedagógico de educação emancipatória esteve presente, tanto em práticas propostas por órgãos oficiais, como MEC e UnB, como por diferentes organizações da sociedade civil. A pesquisa realizada para essa reconstituição histórica propiciou a leitura de um Relatório<sup>3</sup> escrito em 1963 por Lauro de

3 Publicado como apêndice do livro Tecnologia, educação e democracia, pela Editora Civilização Brasileira, em 1965.

Oliveira Lima, que acompanhou turmas de alfabetização em algumas cidades satélites e, posteriormente, considerou importante registrar seu depoimento individual. Na opinião dele a alfabetização na concepção freiriana:

[...] em vez de impor-se como algo estranho ao mundo psicossociológico do analfabeto – ajusta-se neste quadro como decorrência natural da tomada de consciência lúcida dos problemas. A consciência crítica (que substitui a consciência mágica) tende para a mobilidade crescente que tem como instrumento natural a utilização da leitura, porta de entrada em novo mundo cultural simbolizado pela linguagem escrita. (OLIVEIRA LIMA, 1965, p. 174)

Para Freire (1979, p. 30), quando “o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções.” Por isso a leitura do mundo é uma ferramenta necessária para o acesso à leitura e escrita e de posse desse mundo letrado poderá de forma coletiva, transformar sua realidade e construir outra, para ser mais humano e destituir-se de sua condição de objeto.

O trabalho acadêmico elaborado por alunos de mestrado da UnB, denominado: “A experiência de aplicação do Sistema Paulo Freire de Alfabetização em Brasília, em 1963” (BARBOSA et. al, 1980), traz a especificidade das experiências em alfabetização de adultos no DF, relatada em entrevistas dessa pesquisa. Os depoentes confirmaram ter outras experiências de alfabetização ocorrendo naquele início da capital, ainda nos canteiros de obra. Conforme os autores, o Dr. Inezil Pena Marinho,

Disse ter trabalhado num outro projeto de alfabetização de adultos, nos anos de 58, 59 e 60 entre operários da construção civil. Esses cursos eram dados nos próprios acampamentos de obras; os funcionários e engenheiros das firmas atuavam como professores e as classes funcionavam nos refeitórios das firmas. Chegaram a funcionar 293 classes atingindo cerca de 10.000 alfabetizando. (BARBOSA et. al, 1980, Depoimento 3)

Francisco Salles, chefe do Centro Social da Fundação de Serviço Social em Sobradinho, no período de 1962 a 1965, em entrevista, relatou que quando assumiu a chefia do Centro Social no ano de 1962,

[...] baseando-se em sua experiência com Escolas Radiofônicas no Rio de Janeiro - o Sistema SIRENA, do MEC - resolveu desenvolver experiência similar em Sobradinho. Fez, contando com o trabalho do pessoal do Centro, levantamento ini-

cial sobre “lideranças” existentes, e conseguiu 38 monitores, que foram de casa em casa, levantando o número de analfabetos e sensibilizando para o programa a ser implantado. Segundo o depoente o número de analfabetos encontrados foi muito pequeno, e talvez por este motivo, o interesse pelo curso foi decrescendo, a experiência “desmanchou-se”. (BARBOSA et. al, 1980, Depoimento 4)

Esse outro depoimento apresenta o vínculo, aparentemente não institucional direto, mas pedagógico, pois as experiências relatadas foram motivadas pelo MEC, como foi o caso das escolas radiofônicas. Outro elemento importante deste depoimento é o envolvimento dos profissionais de outras áreas, não apenas da educação, como no caso dos profissionais da área da assistência social, em ações de alfabetização de adultos. A descontinuidade das ações de alfabetização, referida pelo depoente 4, naquela experiência da cidade-satélite de Sobradinho, se deu por falta de pessoas não alfabetizadas. Isso revela uma contradição, pois os dados do IBGE (1960) indicavam que 28% da população de 15 anos e mais do DF não sabiam ler nem escrever. A realidade, não apenas do Plano Piloto, mas de todas as cidades satélites de Brasília, à medida que a construção da cidade vai avançando ou não, é de um número crescente de imigrantes de todos os cantos do país, para trabalhar na construção civil, sendo uma imensa maioria de trabalhadores sem escolarização.

O período final do Governo João Goulart, o MEC por meio da Portaria Ministerial nº 195 de 8 de julho de 1963, em seu Art. 1º “Institui junto ao Gabinete do Ministro uma Comissão de Cultura Popular”; e ainda informa no Art. 2º “Essa Comissão será integrada por cinco membros designados por Portaria Ministerial” (BRASIL, 1963). O educador Paulo Freire é nomeado presidente desta Comissão. No dia 23 de junho outra portaria, a de número 233, define os objetivos daquela Comissão e cria também as Comissões Regionais de Cultura Popular, com o objetivo de desenvolver pesquisas relacionadas aos temas da cultura popular em geral, porém a temática da educação tomou a maior parte da pauta dessas comissões, sobretudo no que dizia respeito ao analfabetismo no Brasil.

A revista Brasília<sup>4</sup>, ano 7, nº 65-81, Leão Filho (1963), teve artigo publicado intitulado *A Revolução dos Analfabetos*, em que faz um resgate da trajetória de Paulo Freire para chegar a Comissão Nacional de Cultura Popular – CNCP, da ampliação e convênios do projeto citando Brasília como o exemplo a ser seguido pelas demais unidades da federação. Conforme referido autor, dentro do Sistema Paulo Freire, a CNCP põe em funcionamento, em Brasília, 95

4 Brasília é uma revista de publicação da NOVACAP, cumprindo com a determinação de fazer registro e divulgação da Nova Capital. Foi publicada mensalmente de janeiro de 1957 a maio de 1963. A revista Brasília pode ser acessada em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/507005>

círculos de cultura, nas cidades satélites de Taguatinga, Sobradinho e Gama.

É a primeira parte de um projeto de três etapas, cuja execução deveria se concluir no primeiro semestre do ano de 1964, tendo alfabetizado em toda a área do DF, cerca de 40 mil pessoas, o que significa dizer, que toda a população de analfabetos adultos indicada pelas estatísticas locais. Leão Filho (1963, p. 77) afirma, ainda, que os círculos de cultura no DF, no que dizia respeito ao aspecto organizacional do Sistema Paulo Freire, “além dos círculos extraordinários em funcionamento para servidores da Novacap e Prefeitura, no Plano Piloto, todos oferecem um testemunho de singeleza.”

Na opinião do autor havia uma intensa formação e acompanhamento aos coordenadores, realizada por supervisores, todos escolhidos pela equipe de Paulo Freire. O autor descreve, também, o tempo de uma hora e meia de dois círculos a cada noite com o mesmo coordenador. O sábado era reservado para o momento de reflexão sobre o trabalho realizado, diálogo dos coordenadores com os supervisores. Nas palavras do autor:

Na sua maioria, os supervisores de Brasília são estudantes, professores primários e funcionários públicos. Os coordenadores, quase todos, são operários, nem todos possuindo o curso primário completo, mas que, não obstante, após o treinamento, revelaram plena aptidão para o novo mister, além da vantagem de residirem nos locais onde estão os círculos. (LEÃO FILHO, 1963, p. 77)

A imprensa local relatou sobre a presença do movimento estudantil, nas ações de alfabetização de adultos no DF, principalmente os estudantes secundaristas que faziam uma parceria com a Secretaria de Educação e Cultura do DF (SEC/DF). Em reportagem do jornal Correio Braziliense, de 03 de março de 1964, há um registro histórico sobre estudantes secundaristas que trabalhavam a alfabetização com turmas de adultos no Plano Piloto desde 1960.

No âmbito da Legislação merece destaque o Decreto nº 53.465, de 21 de Janeiro de 1964, que instituiu o Programa Nacional de Alfabetização e indicou como opção metodológica para a alfabetização de adultos e os mecanismos para sua operacionalização, conclamando ao “esforço nacional concentrado para a eliminação do analfabetismo”. O Decreto instituiu como sistema oficial para o Programa Nacional de Alfabetização<sup>5</sup>, o Sistema Paulo Freire, pois o Ministério da Educação e Cultura reconhecia a eficácia do referido sistema para alfabetização de adultos. Esse decreto foi identificado como a principal meta daquele governo, no campo da educação popular e educação

5 Disponível para consulta em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53886-14-abril-1964-394182-publicacaooriginal-1-pe.html>

de adultos, resultado das experiências realizadas nos círculos de cultura que foram coordenados por Paulo Freire, no DF, no ano de 1963.<sup>6</sup>

Nesse acervo do Portal dos Fóruns encontra-se o texto intitulado “Sistema Paulo Freire: experiência de Brasília 1963”, que relatou algumas experiências dos círculos de cultura, inclusive, algumas visitas que as turmas recebiam pelo Ministro Paulo de Tarso e por Paulo Freire. Nas palavras de Barreto (1998), “Numa destas visitas, o ministro assistiu o momento em que, após a discussão da palavra geradora tijolo, o educador chamou a atenção dos educandos para o estudo das famílias silábicas do ti, do jo e do lo.” A autora registra nesse mesmo texto, que a partir de 1964 um vendaval assolou o Brasil, apreendeu e destruiu grande parte dos registros das experiências vivenciadas em Brasília. O descarte ocorreu, também, com o material utilizado para o processo da alfabetização, bem como com o pessoal envolvido. A alfabetização a partir da realidade, da crítica, do diálogo advindo da palavra, das letras, dos fonemas da alegria deu lugar ao tempo da censura, do silenciamento, da repressão, da alfabetização mecânica.

Em contraposição a proposta de uma alfabetização conscientizadora, o Mobral torna-se o projeto de alfabetização oficial do governo militar, marcado pelas concepções de formação na perspectiva da Teoria do Capital Humano (Paiva, 2003), presentes nas reformas educacionais do período, embora nas pesquisas mais recentes sobre o movimento, tenham sido encontrados depoimentos de monitores que afirmavam ter utilizado diferentes práticas pedagógicas para alfabetização, inclusive com referenciais freirianos.

Com a instauração da Ditadura Civil Militar, a partir de 31 de março de 1964, muitos inquéritos policiais tiveram de ser respondidos pelas pessoas envolvidas, desde os que ocupavam os cargos no MEC, aos mais simples alfabetizadores, que atuaram nos círculos de cultura. O acesso às informações que estão disponíveis no site Memórias Reveladas (<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>), do Arquivo Nacional, nos inquéritos instaurados pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) no período do regime militar, encontra-se os dossiês de vários dos sujeitos envolvidos nas ações de alfabetização de adultos. Por meio da palavra-chave “alfabetização de adultos” é possível entrar no Banco de Dados, que permite ler os relatórios que eram elaborados nos processos dos interrogatórios.

Nesse site Memórias Reveladas, outra linha de documentação acessada, foi a elaborada a partir das solicitações da Comissão Nacional da Verdade, aos órgãos públicos, especificamente às suas Coordenações de Documentação

6 Algumas dessas experiências estão disponibilizadas no Portal dos Fóruns de EJA, que foram recolhidos pela pesquisa sobre Memória e História da educação popular e da educação de jovens e adultos, coordenada pelo Professor Osmar Fávero, da Universidade Federal Fluminense, que pode ser acessado em: <http://forumaja.org.br/node/2976>.

e Informação (CDI), que disponibilizassem a documentação da Divisão de Segurança da Informação (DSI) do Regime Militar de 1964 a 1985. O relatório do MEC, disponível no Portal Memórias Reveladas é a prova de que a alfabetização de adultos naquele período foi tratada como um projeto subversivo.

O exame do processo de alfabetização do professor PAULO FREIRE (doc. de fls 655 a fls 692), posteriormente elevado à categoria de MÉTODO, já permite vislumbrar sua vinculação ao movimento revolucionário, de caráter comunista, e que se processava dentro da moderna técnica “revolucionária” dos comunistas. Assim é que, já ali encontramos ligação da tese de alfabetização preconizada por PAULO FREIRE com a tese defendida por ÁLVARO VIEIRA PINTO, ex Diretor do INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB), a Universidade da subversão no país, em seu livro “A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE» (documento constante do IPM da UnE-UBES), editado pela UNE e cuja orientação claramente esquerdista foi amplamente debatida/ antes mesmo da Revolução de 31 de março de 1964. (BRASIL, 1965, Ação Penal 166 fl. 841)

Dentre os vários relatórios do SNI, um deles (BRASIL, 1970) chamou a atenção para análise, por tratar-se de uma proposta apresentada ao Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, em 1970, de um sistema mecânico de alfabetização de adultos, inventado pelo Professor Joston Miguel Silva, que se propunha a testá-lo no DF. Os aparelhos denominados ortógrafo (máquina de ensinar a escrever e desenhar) e audiodiscriminógrafo (máquina de ensinar a ler), seriam acompanhados de uma cadeira específica, denominada Cadeira Alfa-Ômega, e comporiam o Kit básica para alfabetização. Tratava-se de uma adaptação da experiência de aplicação de um sistema mecânico de aceleração do aprendizado americano, conhecido por este professor em 1968, quando cursava a State University of New York at Stony Brook.

Da proposta relatada acima, coube uma primeira análise no que diz respeito ao conceito, o processo de alfabetização da proposta é tido como um ato mecânico, bastando somente lançar mão das instruções programadas e o sujeito aprenderia a escrever; a repetição dos símbolos grafados seria o suficiente para o alfabetizando chegar ao aprendizado da leitura. Até o momento no decorrer dessa pesquisa não se encontrou registros de que tenha sido realizada nenhuma experiência com esses aparelhos.

Nesse contexto da década de 1970, em reportagens do Correio Braziliense foi possível acompanhar a instalação do Mobral no DF. A primeira delas, na Edição 03256, página 5a, de 26 de julho de 1970 anuncia e convida para reunião que ocorrerá no dia 27 de julho, às 20h30 no auditório da Novacap para instalação do Mobral na Capital. A Edição do dia 28 de

julho traz a notícia: *Prates instala o Mobral no DF*, anunciando que seriam instaladas subdivisões nas cidades satélites. (Correio Braziliense, Ed. 03257, 28/07/1970, p. 11a). No entanto, a instalação oficial, com abertura dos trabalhos do Mobral no DF ocorreu em 15 de agosto em cerimônia com a presença de autoridades locais, além do governador Helio Prates e do ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho.

Em outra edição, o Correio Braziliense traz dados das primeiras ações de levantamento do Mobral no DF. Relata a reportagem que o levantamento realizado por 2.500 estudantes secundaristas indicou a presença de 27 mil analfabetos na área urbana do DF sendo: Plano Piloto 2.500 (abrangendo Vila Planalto, Lago e Paranoá); Taguatinga 3.700; Núcleo Bandeirante 7.500; Planaltina 2,100; Sobradinho 2.500; Brazlândia 1.250; Cruzeiro-Guará 650. (Correio Braziliense, Ed. 03287, 30/08/1970, p. 9<sup>a</sup>). A experiência efetiva do Mobral no DF, em classes de alfabetização, ainda é um estudo que demanda desta pesquisa maior acesso aos documentos e sujeitos envolvidos para uma reconstituição mais consistente da experiência.

Ainda que os referenciais da alfabetização crítica, a partir dos referenciais freirianos, tenham sido reprimidos durante os anos da ditadura, eles permaneceram influenciando práticas de alfabetização no DF e foram retomados nos últimos anos do regime em várias experiências, sobretudo nas cidades satélites e no entorno de Brasília. Como será relatado a seguir.

## **As disputas e os limites no enfrentamento do analfabetismo até a década de 1990**

Dentre outras ações, que foram ressurgindo a partir do final da década de 1970 e início de 1980, destaca-se mais uma vez a iniciativa dos estudantes da UNB, nesse momento, alunos/as<sup>7</sup> de mestrado da Faculdade de Educação, que realizaram seus projetos de pesquisa na cidade-satélite de Ceilândia, em 1985, com alunos da Escola Normal<sup>8</sup>, em turmas de alfabetização de jovens e adultos. Uma das dissertações, especificamente, consistiu em estudo teórico-metodológico das propostas de alfabetização de Paulo Freire, por meio da observação direta da atuação das normalistas em uma turma de alfabetização de adultos. O resultado desta pesquisa não se reduziu à

7 Maria Luiza Pereira Angelim, Laura Maria Coutinho e Erastro Fortes Mendonça, então professores da Faculdade de Educação da UnB.

8 Em 1985, no Distrito Federal, a direção eleita do Complexo Escolar “A” e da Escola Normal de Ceilândia reuniu a comunidade, inclusive escolar, que propôs a Alfabetização de Jovens e Adultos, definindo para tal o chamado “método” Paulo Freire, entre outras reivindicações. Com a orientação pedagógica de mes-trandos da Universidade de Brasília - UnB/Faculdade de Educação - FE e envolvimento de normalistas como estagiários foi possível responder à comunidade, iniciando a alfabetização de jovens e adultos. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=GTPA%2FDF+-+GRUPO+DE+TRABALHO+PRÓ-ALF+ABETIZAÇÃO+DO+DISTRITO+FEDERAL+E+ENTORNO+FÓRUM+DE+EDUCAÇÃO> Acesso: 16/12/2019

produção das dissertações dos mestrandos, mas desencadeou um processo de organização dos movimentos populares de Ceilândia na reivindicação por alfabetização de adultos e, por continuidade dos estudos no supletivo Fase II, da Rede Oficial de Ensino do Distrito Federal.

Sobre a atuação da rede oficial de ensino no DF, a pesquisa localizou informações das vinculações entre o Mobral e o Ensino Supletivo, no início dos anos 1980, presentes no Plano Quadrienal de Educação 1980-1983 (DISTRITO FEDERAL, 1980). Os relatórios de acompanhamento desse Plano publicados pela SEC/DF dão conta das ações desenvolvidas com objetivo de atingir às estratégias traçadas. O relatório referente a 1980 revela as matrículas na Fase I, que foram de 5.809 alunos, sob a responsabilidade do Mobral, que assumiu a alfabetização dentro do Plano de Educação e Cultura. O relatório do segundo ano de execução do Plano de Educação e Cultura registra que, das matrículas na rede, o Mobral foi responsável por 2.403 matrículas da Fase I. O terceiro relatório, de junho de 1983, referente ao ano de 1982, registra que o Mobral atendeu a 3.112 matrículas da Fase I (DISTRITO FEDERAL, 1983, pág. 13).

O Ensino Supletivo apresentava a organização curricular por Fases: *Fase I* – correspondendo exclusivamente à alfabetização de adolescentes e adultos, ministrada pelo Mobral, em convênio com a Fundação Educacional do DF. A *Fase II* correspondia às quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, ministrada pela rede oficial e particular de ensino, com avaliação de aprendizagem no processo, sendo desenvolvida em convênio com o Mobral, que fornecia o material didático básico e cabia à Fundação Educacional as adaptações e complementações, reforçando “com cadernos de exercícios”. A *Fase III* correspondia às quatro últimas séries do ensino de 1º grau e é “atendida pelo Programa de Instrução Personalizada e Projeto Minerva”. A *Fase IV* correspondia ao 2º grau, tendo a idade mínima para ingresso de 19 anos e ofertada pelo Centro de Estudos Supletivos da Asa Sul – CESAS e pelo Centro de Estudos Supletivos Verde Oliva – CESVO, com avaliação em processo. “Nas demais unidades escolares, a clientela é preparada para a prestação de exames de suplência.” Os exames de suplência eram realizados pela FEDF, em regime anual, na educação geral e na suplência profissionalizante para habilitação profissional. (DISTRITO FEDERAL, 1980, pág. 41)

No contexto do final do Regime Militar até os anos 1990, no Distrito Federal, observa-se uma dinâmica de atuação dos órgãos oficiais e dos movimentos populares em alfabetização não mais apenas de adultos, mas de jovens e adultos. A experiência iniciada pelos mestrandos da UnB na década de 1980, foi sendo assumida por outros atores que surgiram no cenário dessa proposta de alfabetização: jovens de grupos da Igreja Católica, militantes estudantis secundaristas e pessoas ligadas a outros movimentos

da sociedade civil, o que resultou na criação do Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (Cepafre), em setembro de 1989, uma Organização Não Governamental (ONG), que continua até os dias de hoje, atuando não apenas na frente de alfabetização de adultos, mas em outras defesas que envolvem os movimentos populares.

Ainda neste contexto, o ano de 1990 foi escolhido pela Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional da Alfabetização (AIA). Frente a expectativa de desencadear ações significativas nessa área, foi convocada a Conferência Mundial de Educação, realizada na cidade de Jomtiem, na Tailândia. A implementação de políticas para esse setor não apresentou resultados satisfatórios, mas contribuiu para a aproximação de diversos grupos e movimentos envolvidos com a alfabetização do DF, que reuniram esforços para discussão e formulação de um programa de ação, constituindo em 20 de outubro de 1989, o Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal (GTPA-DF). Participaram dessa iniciativa representantes da Fundação Educar, Fundação Educacional do DF, Universidade de Brasília, representantes de outros órgãos públicos, empresas, sindicatos, associações e movimentos populares comprometidos com a alfabetização de jovens e adultos.

Com as mobilizações em torno das questões de alfabetização de jovens e adultos, em função do AIA, o governo federal constituiu a comissão nacional, a princípio em 1989, coordenada por Paulo Freire, que se afastou do cargo, assim que Fernando Collor assumiu a Presidência da República, em 1990. Embora com todas as divergências ideológicas presentes nesta comissão, o GTPA-DF conseguiu lugar como convidado permanente, junto com o Grupo de Estudos e Trabalho em Alfabetização (GETA) e a Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB) e outros grupos de âmbito regional e nacional.

A presença do GTPA-DF nessa comissão assumiu um caráter relevante, pois o aproximou de forma mais direta com informações relacionadas às políticas governamentais para a alfabetização de jovens e adultos. Em nível federal, este contexto foi marcado por discursos demagógicos em torno do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), do Governo Collor, que instituiu a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (CPNAC), por meio do Decreto N.º 99.519, de 11 de setembro de 1990 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – SEÇÃO 1 – 12/02/1990, p. 17272)<sup>9</sup>, com o objetivo de formular diretrizes e articular as ações dos projetos da alfabetização pública e privada.

9 Artigo 1º Finalidades: I - oferecer sugestões com vistas à formulação de diretrizes para a concepção da Política e do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania; II - identificar iniciativas e projetos de alfabetização, em curso, visando à articulação das ações neles contidas; III - propor critérios para alocação de recursos públicos para os planos e projetos de alfabetização de entidades públicas e privadas integradas ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania; IV - aprovar o regulamento de concessão do Diploma do Mérito Nacional de Alfabetização. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99519.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99519.htm) Acesso: 19/12/2019.

O GTPA-DF, teve uma atuação como membro observador nessa Comissão, embora não tivesse o poder de intervenção nos rumos das propostas governamentais em âmbito federal, mas conseguiu tecer interferência dentro do próprio Governo Distrital. Dessa articulação surge a Comissão Pró-Alfabetização do DF, “tripartite”, constituída por representantes do GTPA-DF, da Fundação Educacional do DF e pela Universidade de Brasília, como instância de reflexão, elaboração e encaminhamentos de propostas que viabilizassem o desafio do enfrentamento ao analfabetismo no DF.

O GTPA-DF continuou na frente das mobilizações pela alfabetização de jovens e adultos, destaque aqui para a mobilização desenvolvida na Cidade Satélite do Gama. A partir das orientações do PNAC para constituição de comissões estaduais, municipais e locais para sua implementação, o Núcleo de Alfabetização Paulo Freire e o Serviço Nacional de Justiça e Não-Violência/Brasil – Núcleo do Gama (Serpaj-Gama) houve uma reunião com os representantes da educação, no caso da Diretoria Regional do Gama, para constituírem a Comissão Pró-Alfabetização do Gama. Essa Comissão elaborou um plano de ação com propostas para o período de 1990 a 1995, também, inviabilizado pelos órgãos oficiais, como tantas outras ações de alfabetização de jovens adultos, por falta da garantia de financiamento.

Embora a concretude das políticas para alfabetização de jovens e adultos, não representaram grandes destaques é preciso registrar a relevância da influência que a sociedade civil por meio dos movimentos populares, desde a provocação para constituição da Comissão até o espaço conquistado, por meio da Diretoria Regional de Ensino do Gama, nas próprias escolas, no período noturno, para a realização da alfabetização. Marcando assim, o reconhecimento da legitimidade do processo alfabetizador e algumas atividades conjuntas para discutir a metodologia de alfabetização de jovens e adultos com os professores da rede oficial.

Na década de 1990 alguns momentos tornaram-se destaques para reflexões sobre o processo de alfabetização do DF. Para além das reuniões periódicas, o GTPA-DF promoveu Encontros, tais como: I ENCONTRO – 1990, realizado na UnB, 16 a 18 de fevereiro que contou com a participação de Paulo Freire; I ENCONTRO – 1990, na Cidade Satélite de Ceilândia, 26 e 27 de maio; I ENCONTRO – 1990 Pró- Alfabetização do DF, na Cidade Satélite de Sobradinho, 02 e 03 de junho; I ENCONTRO – 1990 Pró- Alfabetização do DF, na Cidade Satélite do Gama, 17 e 18 de novembro; I ENCONTRO – 1990 Pró- Alfabetização do DF, no Paranoá, 24 de novembro; II ENCONTRO– 1992 Pró- Alfabetização do DF e Entorno, realizado no Sindicato dos Professores do Distrito Federal, 05 de dezembro; III ENCONTRO - 1994 Pró- Alfabetização

do DF e Entorno, 03 de dezembro; IV ENCONTRO – 1995 Pró- Alfabetização do DF, 16 de dezembro.<sup>10</sup>

A marca relevante desses encontros foi o enfoque nos dois eixos centrais que permeiam a proposta de alfabetização de jovens e adultos, em primeiro a ênfase na definição clara de sua proposta metodológica e em segundo a busca pela concretização de políticas públicas que viabilizassem o plano de alfabetização. O que se pode refletir a partir dos 10 anos da experiência de alfabetização que teve início na Cidade Satélite de Ceilândia e nos primeiros seis anos da existência do GTPA-DF é uma constante disputa política entre os setores populares e os órgãos oficiais que deveriam dar conta da alfabetização de jovens e adultos.

Uma das evidências dessa disputa está no período do pleito do Governador Joaquim Domingos Roriz (1991-1994), nas inúmeras correspondências encaminhadas a esse governo, que nem se quer houve respostas da Secretaria de Educação, o que justificava a ausência da Fundação Educacional do Distrito Federal na concretização das propostas de alfabetização defendidas pelos movimentos populares. Muitas vezes ocorria a proibição direta desse órgão à utilização das escolas no noturno, para realização da alfabetização. Isso foi evidenciado na Cidade Satélite de Ceilândia, em que o Cepafre enfrentou várias resistências na Diretoria Regional de Ensino daquela Cidade Satélite para a utilização do espaço ocioso das escolas públicas no período noturno.

No campo do poder legislativo os enfrentamentos se deram a partir de 1990, com a instalação da Câmara Distrital com o processo de elaboração da Primeira Lei Orgânica do Distrito Federal, que se deu no período de 1991 e 1992. A possibilidade de apresentação de emendas populares aos projetos para Lei Orgânica, mobilizou o GTPA-DF no sentido de elaborar uma proposta para o capítulo das disposições transitórias e para o capítulo da Educação da nova legislação. O movimento envolvido com a defesa da alfabetização de jovens e adultos apresentou nesse período, amadurecimento político-social, ao perceber que a alfabetização desse público precisava ser vista em um contexto mais amplo da educação, ou seja, não bastava alfabetizar, era necessário assegurar a continuidade do acesso e permanência do jovem e adulto no processo de escolarização.

Nesse sentido, a aprovação da Emenda Popular na Lei Orgânica do DF – Artigo 225 do Capítulo IV desta Lei e Artigo 45 das Disposições Transitórias, significou um avanço para a formação do público de jovens e adultos trabalhadores.

---

10 GTPA/DF - Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal e Entorno Fórum de Educação Básica de Jovens e Adultos do Distrito Federal e Entorno - 16 anos de luta (1989-2005) Disponível em: [http://forumreja.org.br/df/files/DOCdf\\_%20X\\_I%20ENEJA.pdf](http://forumreja.org.br/df/files/DOCdf_%20X_I%20ENEJA.pdf) Acesso 20/12/2019.

**Artigo 225.** O Poder Público promoverá atendimento a jovens e adultos, principalmente trabalhadores, em ensino noturno de nível fundamental e médio, mediante ofertas de cursos regulares e supletivos, de modo a compatibilizar educação e trabalho.

Parágrafo único. Cabe ao Poder Público implantar programa permanente de alfabetização de adultos articulado com os demais programas dirigidos a este segmento, observada a obrigatoriedade de ação das unidades escolares em sua área de influência, em cooperação com os movimentos sociais organizados.

(...)

**Artigo 45.** Para a erradicação do analfabetismo, em cumprimento ao que dispõe o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o artigo 352 desta Lei Orgânica, o Poder Público do Distrito Federal:

I - destinará, nos cursos de formação de magistério para o ensino fundamental, mínimo de trinta por cento da carga do estágio supervisionado para monitoria a turmas de alfabetização de jovens e adultos, reconhecida sua validade curricular;

II - reconhecerá como aproveitamento de estudos atividades de alunos do ensino médio que participem de programa de alfabetização de jovens e adultos;

III - promoverá por intermédio da Secretaria de Educação do Distrito Federal, com a colaboração de instituições públicas e entidades civis:

a) a oferta intensiva de cursos de formação de alfabetizadores de jovens e adultos;

b) a reciclagem de professores que atuam no ensino fundamental e em alfabetização de jovens e adultos;

c) a elaboração de material didático adequado ao ensino fundamental e alfabetização de jovens e adultos;

d) a realização de projetos de pesquisa voltadas para a solução de problemas ligados a alfabetização de jovens e adultos.

IV - envidará todos os esforços para erradicar o analfabetismo entre os servidores públicos do Distrito Federal no prazo de dois anos, incluída a destinação de duas horas de sua jornada de trabalho para esse fim, sem prejuízo de seus direitos e garantias estatutárias;

V - assegurará que, durante o período estipulado para a erradicação social pertencentes ao Distrito Federal veiculem anúncios, mensagens e avisos diários de apoio a alfabetização de jovens e adultos, bem como destinem trinta minutos por semana para emissão de programa com o mesmo fim. (DISTRITO FEDERAL, 1993)

Na entrevista realizada com uma das coordenadoras do GTPA-DF, em junho de 1995, a professora Madalena Torres afirmou que foi possível no capítulo da educação, artigo 225 “concretizar o programa. No artigo 45 das Disposições Gerais e Transitórias, o item que se refere à remuneração dos

normalistas, à formação dos professores, à questão dos projetos de pesquisa [...], agora vemos a possibilidade disto ser concretizado.”

Com o resultado das eleições para pleito de 1995-1999 ao Governo de Brasília a vitória do Partido dos Trabalhadores levou muitos representantes dos movimentos populares a compor o quadro administrativo do GDF, principalmente na Fundação Educacional do Distrito Federal, na Secretaria de Participação Popular, em processo de estruturação à época e no Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Com isso as propostas caminharam no sentido de implementar o que já havia sido garantido na Lei Orgânica, mas que dependia da liberação dos recursos financeiros.

Uma das perspectivas passou pela avaliação da parceria entre FEDF e os movimentos sociais, que já haviam feito história na atuação pela alfabetização de jovens e adultos vivenciou a partir da gestão do Governador Cristovam Buarque de forma mais intensa essa parceria, essa pesquisa traz uma primeira avaliação por meio de duas entrevistas, que fazem um balanço do primeiro semestre dessa gestão. A primeira, novamente da professora Maria Madalena Torres, membro da coordenação colegiada do GTPA-DF diz:

Essa relação eu vejo como positiva, porque pela primeira vez ela vai acontecer de forma mais eficiente, isto porque outras vezes quando sentamos em comissões tripartides, as pessoas que representavam as instituições públicas acabavam por se posicionar enquanto indivíduos e não enquanto instituição, por falta de apoio das mesmas. Hoje as pessoas têm respaldo para falar pelas instituições e a parceria, como a própria palavra diz, não é apenas um repasse de verbas para as entidades do GTPA-DF realizarem o trabalho de alfabetização, mas uma total participação. [...] Neste período, nós já tivemos a instituição do Fórum Permanente de Alfabetização de jovens e adultos do Distrito Federal e Entorno, a partir de 26 e 27 de maio, que representa uma união entre os órgãos governamentais e as entidades da sociedade civil, no sentido de unir esforços para a erradicação do analfabetismo, trabalhar em conjunto [...]. Outra questão que vemos de muito positiva é que a vontade política das pessoas que hoje estão à frente dos órgãos ligados à questão da educação, estão, inclusive, buscando remanejar verbas de outros projetos para alfabetização de jovens e adultos.

Sobre a indagação referente a parceria com o Governo do Distrito Federal (GDF), o que o caberia ao GTPA-DF, a professora Madalena responde que o acúmulo da experiência metodológica, baseada nos princípios de Paulo Freire desse Fórum, com o processo de alfabetização, foi uma das formas do GTPA-DF contribuir nessa parceria. Lembrou ainda de outros grupos que contribuíram com suas experiências, como os estudiosos da Emília Ferreira e outros com a metodologia mais eclética, enfim a possibilidade

de tecer as reflexões a partir das concepções metodológicas do processo de alfabetização de jovens e adultos, os recursos humanos e os inúmeros materiais confeccionados nos períodos de formação, também eram formas de contribuição do GTPA-DF.

A segunda entrevista foi realizada com a professora Eneida Maria Peixoto Azevedo, Coordenadora da Unidade de Educação de Jovens e Adultos, da Fundação Educacional do Distrito Federal, em junho de 1995. A entrevistada relata sobre a proposta de governo para alfabetização de jovens e adultos:

[...] ela se baseia na parceria, numa ação conjunta entre entidade governamental e entidades não-governamentais, privadas instituições de ensino superior. Todo esse projeto baseia-se num Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para jovens e adultos no âmbito do Distrito Federal, que já existe em forma de lei sancionada pelo Governador Cristovam Buarque, no dia 08 de março de 1995, onde fica instituído este programa. Com base nesta ação conjunta, nesta parceria, no artigo 225 da Lei Orgânica, onde o poder público tem obrigação de instituir a alfabetização e a educação básica para jovens e adultos, nós resolvemos constituir um fórum de alfabetização que pretende operacionalizar esta Lei, este programa permanente de alfabetização.[...] A FEDF cabe garantir este suporte, este apoio financeiro, recursos humanos e técnicos, materiais, desenvolvimento e discussão de novas metodologias na área de alfabetização.

A entrevistada argumenta ainda que, apesar do pouco tempo da ação conjunta e da nova gestão do GDF, avaliava que parceria até aquele momento apresentava pertinência e afirmava que “estamos vendo perspectivas de poder ampliar esta ação alfabetizadora, porque já estamos num engajamento total, participando de projetos junto aos movimentos sociais, em conjunto com as Diretorias Regionais de Ensino e numa discussão e trabalhos conjuntos.” Enfatizou ainda a importância da parceria com os movimentos no aspecto da mobilização e organização das turmas, imprescindível para a enfrentar a realidade do analfabetismo no DF, à época.

A realidade do analfabetismo no DF era bem menor, comparando os percentuais com a maioria dos estados brasileiros. Todavia, quando se observa os valores absolutos, que representavam efetivamente as pessoas que não sabiam ler e escrever, percebia-se que cada década esse quantitativo, seguia aumentando o analfabetismo. Isso reforça ainda mais a necessidade de reconstituir historicamente o que foi feito pelos governos e por setores da sociedade civil para enfrentar essa situação, há muito, ainda, a ser pesquisado, estudado e sistematizado no âmbito do processo de alfabetização de jovens e adultos.

Os últimos anos propostos para esse estudo apresentam-se como o limite da pesquisa ou no mínimo sugere novas indagações para seguir pesquisando. Ao analisar os primeiros quatro anos da década de 1990, percebe-se que houve uma disputa entre a sociedade civil na defesa do enfrentamento do analfabetismo de jovens e adultos com o poder público distrital, que muito pouco fez, no sentido de propiciar o acesso aos jovens e adultos a alfabetização. No primeiro ano do novo governo, 1995, este se mostrou mais sensível ao trabalho de parceria com os movimentos populares e efetivamente assumiu o diálogo e a postura de interação com a sociedade civil. No entanto, os discursos das entrevistadas, ainda que, reafirmassem a possibilidade do diálogo e o empenho da nova gestão, tudo permanecia no campo das intenções e basicamente nada de concreto para atender o público que compunha o dado de 12,4% (IBGE, 1996) do analfabetismo do Distrito Federal.

### **Algumas considerações**

Esse artigo não teve a pretensão esgotar as análises possíveis do debate sobre alfabetização de jovens e adultos no Distrito Federal, mas apontar, a partir dos registros localizados na pesquisa, algumas reflexões sobre a memória e a história das experiências vivenciadas neste território, na busca pela compreensão do processo desenvolvido, desde o início da construção da capital até os anos 1990. Para além dos discursos realizados em palanques eleitorais “acabar com o analfabetismo de adultos no DF”, algumas experiências vivenciadas nos canteiros de obras no início de Brasília e algumas Cidades Satélites demonstraram a possibilidade concreta de enfrentar a realidade da distância dos trabalhadores/as da leitura e da escrita.

Pode-se destacar entre as práticas de alfabetização voltadas para jovens e adultos trabalhadores no DF, ações de alfabetização de adultos, no contexto do final dos anos 1950 e início de 1960, utilizando-se ou não do referencial freiriano, e que foram repreendidas, principalmente pelos governos do Regime Militar, após o Golpe de 1964. Por outro lado o Mobral tornou-se o movimento de alfabetização oficial, cuja proposta principal resguardava os interesses da Teoria do Capital Humano, presente nas reformas educacionais do contexto do Regime Militar.

A documentação, as referências bibliográficas acessadas e os depoimentos registram as contradições e disputa conceitual presente na alfabetização voltada a jovens e adultos trabalhadores do Distrito Federal. A perspectiva de formação e conscientização política, nas ações de sujeitos coletivos que apostavam na alfabetização de adultos como alternativa emancipatória,

tanto no contexto que antecedeu o Golpe de 1964, quanto nos anos finais da Ditadura, seguiram persistindo em algumas experiências das Cidades Satélites, ainda que de forma tímida. Em alguns momentos tornaram-se pauta de reivindicações dos movimentos populares que hora disputava espaço com a formação oficial, hora buscava dialogar com o poder público e cobrar o direito do acesso à alfabetização dos jovens e adultos.

A memória da alfabetização de jovens e adultos no DF tem a marca dos Movimentos Populares, sobretudo do GTPA-DF, que conseguiu reunir diversas instituições desde o fim da década de 1980 e seguiu nessa construção até 1995. Todavia, é inegável a influência da política federal de alfabetização, quando observamos a presença do Mobral no sistema oficial da educação do DF, até a sua extinção em 1985. O que ainda faz-se necessário compreender é como o sistema oficial vai assumindo ou não a responsabilidade com o processo inicial de escolarização de jovens e adultos, após esta extinção do Mobral, porque a eferescência dos movimentos populares nesta defesa da alfabetização e, inclusive, na substituição do Estado nesta oferta, parece indicar que de fato havia um vácuo neste atendimento. Esta e outras tantas questões nos mobilizam para a continuidade da pesquisa deste tema.

## Referências

- BARBOSA, Célia. ROCHA, Lúcia M. F.. TEIXEIRA, M. A.. DUARTE. M. S. PRATES. N. V. SILVA, R. S. da. *A experiência da aplicação do sistema Paulo Freire de alfabetização de adultos em Brasília*, em 1963. Trabalho acadêmico. Universidade de Brasília, 1980. Brasília – DF. Disponível no acervo digital do Museu da Educação do Distrito Federal.
- BARRETO, Vera. *Paulo Freire para educadores*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.
- BRANDÃO, Carlos R. *O Que é Método Paulo Freire*. Disponível em: [http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4219/1/FPF\\_PTPF\\_12\\_102.pdf](http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4219/1/FPF_PTPF_12_102.pdf) Acesso: 16/12/2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Ministerial nº 195 de 8 de julho de 1963, que Institui junto ao Gabinete do Ministro uma Comissão de Cultura Popular. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001813.pdf> =Acesso em 20 de novembro de 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Brasília. Ação Penal 166 fl. 841. 1965. Disponível em: [http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado\\_pesquisa\\_new.asp?v\\_pesquisa=A%C3%A7%C3%A3o%20Penal%20166%20&v\\_fundo\\_colecao](http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=A%C3%A7%C3%A3o%20Penal%20166%20&v_fundo_colecao)=Acesso: 20 de novembro de 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Brasília. Informação nº 491/ABSB/SNI/1970. Disponível em: [http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado\\_pesquisa\\_new.asp?v\\_pesquisa=A%C3%A7%C3%A3o%20Penal%20166%20&v\\_fundo\\_colecao](http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=A%C3%A7%C3%A3o%20Penal%20166%20&v_fundo_colecao)=Acesso: 20 de novembro de 2019.

- CORREIO BRAZILIENSE. *O Ensino dia a dia*. Ivone Jean. 03 de março de 1964. Caderno 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_01&pasta=ano%20196&pesq=Em%201960,%20o%20Centro%20Popular%20de%20Cultura,%20que%20ainda%20n%C3%A3o%20tinha%20este%20nome,%20nem,%20ali%C3%A1s,%20nome%20algum,%20deu%20as%20primeiras%20aulas%20de%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=Em%201960,%20o%20Centro%20Popular%20de%20Cultura,%20que%20ainda%20n%C3%A3o%20tinha%20este%20nome,%20nem,%20ali%C3%A1s,%20nome%20algum,%20deu%20as%20primeiras%20aulas%20de%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o) Consultado em: 20.08.2019.
- CORREIO BRAZILIENSE. *Prates instala o Mobral no DF*. Ed. 03257, 28/07/1970, p. 11.
- DISTRITO FEDERAL, Governo do. Secretaria de Educação e Cultura. *Plano de educação e cultura do Distrito Federal: 1980-83*. Brasília, 1980.
- DISTRITO FEDERAL, Governo do. Secretaria de Educação e Cultura. *Plano de Educação do Distrito Federal 1982. Relatório do 3º ano de Execução*. Brasília, 1983.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. 40 anos de educação em Brasília/ Secretaria de Estado de Educação. Brasília: Subsecretária de Planejamento e de Inspeção de Ensino. 2001.
- DISTRITO FEDERAL. *Lei Orgânica do Distrito Federal*. 1993. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70442> Acesso: 12 de dezembro de 2019.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mundança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREITAG, B. Brasília refletida. In: *Abstrata Brasília concreta*. Brasília: Medialecom, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000078&pid=S0103-4014200700010002400006&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000078&pid=S0103-4014200700010002400006&lng=en) Consultado em 12.12.2019.
- GOIÁS, Secretaria de Educação e Cultura de. *Revista de Educação*, edição Nº 41, fascículo de outubro-novembro-dezembro. Goiânia, 1959.
- IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. 1996.
- LEÃO FILHO, José. *A Revolução dos Analfabetos*. Brasília: revista. Ano 7, n. 65-81 (mai. 1962 /set. 1963). Companhia Urbanizadora da Nova Capital o Brasil – NOVACAP.
- LIMA, Lauro de Oliveira. *Tecnologia, educação e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. Apêndice, p. 173-195.
- MELO, Thiago de. *Faz Escuro Mas eu Canto – Porque a Manhã Vai chegar*. Poesias, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.
- PAIVA, Vanilda. *História da Educação Popular no Brasil- educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Edições Loyola. 2003.